



# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal n° 2.632, de 07 de novembro de 2022.

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA n° 003 DO CMDMC GESTÃO 2023 A 2025

Aos dezesseis dias do mês de Maio de dois mil e vinte e três, às 09h, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), sito à Av. União das Américas, nº 360, Jardim Aruan – Caraguatatuba, Estado de São Paulo, se reuniram para Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Caraguatatuba - CMDMC, as seguintes Conselheiras: Lourianne de Oliveira Bastos Rodrigues, Carmen Silvia Landim Ferreira, Ana Lúcia Soares Viana Barbosa, Juliana Alexandre de Sousa Florentino, Maria Cosma Rodrigues da Silva, Daniella Pereira Lellis, Mônica Pianez Zóia Dias, Juliana Cunha Carvalho de Macedo, Leonilda Silvério, Ivani Antonia Andolfo, Letícia Batista da Silva, Janaína Tavares, Silmara da Silva, Nayara Bordini, Veridiana Aparecida Oliveira, Ana Luiza Pugliesi, Mayara Nascimento Fernandes de Oliveira, Mécia Policarpo Quirino e Beatriz Maria Dionísio. Justificaram suas ausências as Conselheiras: Maísa Nascimento de Oliveira Silva, Juventina dos Santos Batista e Elaine Rozane Krieger dos Santos. Presente como convidada a Sra. Tássia Marchiori. Presente também o Sr. Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo de Conselhos Municipais. Verificando o quórum suficiente para início da reunião, a Sra. Lourianne de Oliveira Bastos Rodrigues, agradeceu a presença de todas as Conselheiras e deu início ao **primeiro assunto da pauta que trata da leitura e aprovação da Ata nº 002 da reunião do CMDMC do mês Abril de 2023**. A Presidente do CMDMC solicitou que o Conselheiro Executivo fizesse a leitura da Ata. Com a palavra o Sr. Luiz Gustavo do Prado fez a leitura em inteiro teor da Ata da reunião do Colegiado realizada no mês de abril. Encerrada a leitura a Sra. Lourianne abriu a palavra às Conselheiras e não houve alterações na mesma. Colocada em votação a Ata foi aprovado por unanimidade das Conselheiras presentes. Retomando a palavra a Sra. Lourianne agradeceu pela aprovação da Ata e passou para o **segundo assunto da pauta que trata do Ofício da SEDESC solicitando alteração de representante no Colegiado do CMDMC**. A Presidente informou ao Conselho que recebemos ofício da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), onde a Secretária Mariana Estella Cestari Lese solicita a sua substituição no Colegiado, indicando a Sra. Juliana Alexandre de Sousa Florentino. A Sra. Lourianne disse que a Conselheira Mariana Cestari assumiu a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de nosso município e por conta disso não tem mais condições de participar de todas as reuniões deste Colegiado e que por isso, apresentou uma nova representante para o seu lugar. Seguidamente a Presidente do CMDMC deu as boas-vindas e fez a acolhida da Sra. Juliana Alexandre que passa a representar a SEDESC. A Sra. Lourianne aproveitou para acolher também a Equipe Técnica da SEDESC, na pessoa da Sra. Tássia Marchiori que representa o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Sra. Ana Lúcia Soares Viana Barbosa, que é Conselheira neste Colegiado, mas que representam o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM). Antes de encaminhar o próximo assunto, a Presidente Lourianne recordou que nestas primeiras reuniões do Colegiado será tratada a questão do Fluxo de Atendimento à Mulher e suas diversas portas de entrada no município. Que hoje caberá à Secretaria de Desenvolvimento Social fazer a sua apresentação, mas deseja ouvir das Conselheiras sugestões para a próxima reunião do mês de junho. Que sugere às Conselheiras a presença da Secretaria Municipal de Saúde para falar sobre o Fluxo da Mulher, haja vista que há o atendimento do Pró-Mulher, das UBSs nos bairros, a

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Vertical handwritten signatures and initials on the right margin of the page.





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

UPA, entre outros serviços. Aberta a palavra ao Colegiado a Conselheira Maria Cosma Rodrigues da Silva, representante da Secretaria de Saúde concordou com a sugestão da Presidente e disse que a Secretaria de Saúde se encarregará da apresentação do Fluxo na próxima reunião. Lembrou ainda que o Pró-Mulher não é considerado porta de entrada dos casos de mulheres vítimas de violência, mas sim a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), que o atendimento do Pró-Mulher é mais especializado. Retomando a palavra a Sra. Lourianne lembrou de oficiar a Secretaria de Saúde deixando clara a necessidade de falar sobre o Fluxo de Atendimento da Mulher de forma abrangente, para todas as mulheres e não apenas para aquelas que são vítimas de violência. A Sra. Maria Cosma disse que a porta de entrada para o Pró-Mulher são as UBSs e os atendimentos são especializados, agendados previamente e destacou a importância de as Conselheiras presentes saberem que se uma mulher as procura com alguma queixa de saúde, deve direcioná-las à UBS, pois os atendimentos do Pró-Mulher são agendados nas UBSs, pois se não for dessa forma não se dará conta de atender todas as demandas, inclusive as espontâneas. A Conselheira lembrou ainda que devido ao vasto assunto muito provavelmente serão necessárias duas reuniões para tratar do assunto do Fluxo da Mulher quanto à Secretaria de Saúde. A Sra. Lourianne retomou a palavra, colocou em votação a proposta de duas reuniões do Colegiado para apresentação do Fluxo pela Saúde e foi aprovado por unanimidade a sugestão. Dando sequência a Presidente do CMDMC colocou o **terceiro assunto da pauta** que trata da **Apresentação do Fluxo da Mulher, tendo como porta de entrada a SEDESC** (Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania). A Sra. Lourianne passou a palavra para Sra. Carmen Silvia Landim Ferreira que é membro deste Colegiado, bem como é a atual Secretária Adjunta da SEDESC. Com a palavra a Sra. Carmen Landim se dirigiu ao colegiado dizendo que o objetivo da apresentação é dar conhecimento ao trabalho realizado dentro do Fluxo de Atendimento da Mulher no que tange à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Que trouxe a apresentação em slides, vai passar para o conhecimento de todas as Conselheiras presentes e ao final colocará um ponto para discussão do Colegiado. Seguidamente a Sra. Carmen falou sobre o fenômeno histórico da violência contra a mulher, mostrou que a mesma perpassa por toda a sociedade, independe de classe e se trata de algo muito sério, especialmente entre as mulheres de classes mais altas, pois muitas vezes as mulheres por vergonha deixam de denunciar seus agressores e acabam por ficar expostas. A Sra. Carmen disse também que é necessário desmistificar a ideia de que violência contra a mulher está relacionada às mulheres pobres, que moram na periferia, com baixa escolaridade ou coisas desse tipo. Na sequência a Sra. Carmen falou sobre as fases da violência, sendo que a fase um é conhecida como aumento da agressão, a fase dois que é o ato da violência e a fase três que é chamada de lua de mel. A Conselheira Carmen explicou cada uma das fases mencionadas, disse que esse é o ciclo da violência, que é muito difícil a mulher sair do mesmo e mostrou que há casos que levam até dez anos para conseguir romper com o ciclo. Que há situações em que a mulher mesmo assistida pelo CRAS ou CIAM acabam por desistir do apoio que estão recebendo por não ter forças de romper com o ciclo. A Presidente Lourianne aproveitou para falar sobre a violência psicológica, o processo histórico que envolve a mulher e culmina na violência física, sendo que o ideal era que a mulher rompesse o ciclo ainda na fase um. Retomando a palavra, a Sra. Carmen apresentou os tipos de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, sendo os mesmos: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Também apresentou os dados colhidos na Delegacia de

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including names like "Lourianne", "Carmen", and "Beatriz".





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

Defesa da Mulher (DDM) no ano de dois mil e vinte e um apenas como exemplo dos casos em nosso município. Que como se depreende do levantamento, a lesão corporal dolosa, a calúnia, difamação e ameaça tem aumentos significativos, o que prova que algumas mulheres tem noção das fases do ciclo de violência, no entanto, a maioria das mulheres desconhece. Que também a Delegada da DDM, Dra. Patrícia também já discorreu sobre esse assunto em reunião com a SEDESC, explicou com detalhes e mostrou outras formas de abordagem sobre estes números. Seguidamente a Sra. Carmen falou sobre os serviços desenvolvidos pelo Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), de forma especial o acompanhamento com a mulher vítima de violência e não a família dela. Que no CIAM não há atendimento ao agressor, sendo este de responsabilidade do CREAS. A Conselheira falou também dos cuidados com a mulher, da rede de proteção que está envolvida nesse cuidado com a vítima e a Sra. Tássia, disse sobre as ocasiões em que o atendimento à família está acontecendo no CREAS e por conta do acompanhamento dos filhos, se descobre que a mulher é vítima de violência dentro daquele ambiente familiar. Que são demandas que chegam no CREAS e na maioria das vezes a mulher não buscou ajuda. A Conselheira Ana Lúcia também disse que também acontece o processo inverso quando a mulher é atendida no CIAM, ou seja, se percebe pelos cuidados com ela que os filhos precisam de ajuda e nesse caso, são imediatamente orientados e encaminhados para o CREAS que tomará as providências que forem melhores para aquele caso. A Sra. Lourianne pediu a palavra para fazer um resumo dos trabalhos realizados de acordo com as especificidades do CIAM e do CREAS. Com a palavra a Sra. Carmen falou do investimento em capacitações para ampliar ainda mais a condição dos equipamentos atenderem as demandas desses casos de violência contra mulher e a Conselheira Cosma desejou saber se as mulheres que procuram o CIAM são aquelas que preencheram a ficha SINAN ou se é uma porta aberta para todas, ao que a Presidente do CMDMC respondeu que se trata de um equipamento de porta aberta, como para os casos com ficha SINAN e também os casos recebidos por meio do DISK 180 e até o 156, desde que feitas as denúncias, chegam para o CREAS. A Conselheira Dra. Ivani Andolfo desejou saber como as mulheres tomam conhecimento sobre o acompanhamento e atendimento especializado, ao que a Conselheira Ana Lúcia respondeu que esse é o trabalho do CIAM, mostrando em todos os equipamentos os serviços que são realizados neste centro integrado de forma que os atores da rede de proteção, sabendo como o CIAM funciona e identificando que a mulher se encontra em situação de violência, seja ela qual for, oriente-a para que ela chegue até este serviço. Que são postadas matérias no site da prefeitura, a maioria dos atores da rede tem conhecimento daquilo que faz o CIAM e a divulgação boca-a-boca entre as mulheres é muito efetiva e importante. A Presidente Lourianne falou do atendimento à mulher após o horário comercial, que nestes casos a DDM, a UPA e alguns outros órgãos, são orientados a entrar em contato com uma pessoa que está de plantão na Secretaria de Desenvolvimento Social para agilizar o cuidado a esta mulher. A Conselheira Juliana Macedo desejou saber sobre as ocorrências nos finais de semana, haja vista que a DDM trabalha de segunda a sexta-feira ao que a Conselheira Leonilda Silvério respondeu que aos finais de semana a Delegacia de Polícia fica responsável em acolher as ocorrências e posteriormente vão para DDM. A Conselheira Juliana falou de duas situações que chegaram ao seu conhecimento de pessoas que não conseguiram fazer a representação na Delegacia. Que chegou inclusive a sugerir uma reunião com o Dr. Jairo. A Sra. Leonilda disse que a equipe da sede não tem o mesmo preparo que a equipe da DDM para atendimento

*[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin, including names like 'Patrícia', 'Carmen', 'Ana Lúcia', 'Lourianne', 'Cosma', 'Ivani Andolfo', 'Juliana Macedo', 'Leonilda Silvério', and 'Dr. Jairo']*

*[Handwritten initials and marks at the bottom right]*





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

destes casos, pois são inúmeros casos diferentes que chegam nos finais de semana. Que é uma demanda que deve ser levada à Dra. Patrícia e ela, juntamente com Dr. Jairo e outros Delegados vão decidir quem ficará responsável por esses casos nos finais de semana. Que cada um deles tem uma forma de trabalhar e mencionou sobre a necessidade de capacitação específica para atendimento da mulher nestes casos. Com a palavra a Conselheira Veridiana também relatou caso recebido por meio da Guarda Civil Municipal (GCM) ao que a Sra. Carmen disse que haverá reunião na próxima sexta-feira, às quatorze horas, com a equipe da GCM no CIAM e que o objetivo é o desenvolvimento da Patrulha Maria da Penha. As Conselheiras Juliana Macedo e Leonilda Silvério manifestaram desejo de participarem desta reunião ao qual a Sra. Carmen disse que já estão convidadas. A Sra. Carmen falou também das situações em que a Delegacia de Polícia não tem feito boletins de ocorrência envolvendo moradores de rua. Ainda com a palavra, a Sra. Carmen apresentou os números de atendimentos do CIAM nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três até o momento, bem como detalhou os ambientes do CIAM. Na sequência apresentou o organograma do fluxo de atendimento à mulher na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, bem como desejou saber se todos sabiam o que vem a ser a ficha SINAN, ao que a Conselheira Maria Cosma disse que se trata de uma ficha de notificação utilizada pelo Equipamento ao receber uma mulher vítima de violência. Que a mesma encaminha para Secretaria responsável e deu exemplo de situação ocorrida no Pró-Mulher, cujo atendimento a própria Conselheira realizou. Que a ficha SINAN garante à mulher o direito ao seu acompanhamento e a prioridade nos serviços públicos a ela destinados. A Conselheira Daniela Lellis falou da utilização da ficha SINAN nos casos que envolvem crianças dentro da Secretaria Municipal de Educação, bem como que a ficha pode ajudar a sinalizar situações que estão ocorrendo na casa da criança, como por exemplo, a partir da evasão escolar. A Presidente Lourianne falou da importância da ficha SINAN como indicadora de várias situações não apenas de violência, mas também relacionadas à saúde. A Convidada Tássia lembrou que é a Vigilância Epidemiológica quem coloca os números na ficha SINAN e compila os dados que são fornecidos por ela. A Conselheira Carmen disse que a percepção de algumas pessoas é que aumento os números de casos de violência no município, mas na verdade atualmente estão registrando mais fichas SINAN e por isso o número parece um pouco mais alto. A Conselheira Leticia contribuiu dizendo que a ficha SINAN é uma identificação compulsória, qualquer UBS é obrigada a notificar e não é apenas para doenças infectocontagiosas. Retomando a palavra a Sra. Carmen continuou com a apresentação dos slides, pontuou como deve ser feita a abordagem para o preenchimento da ficha SINAN, do Boletim de Ocorrência e a forma como a mulher deve ser atendida, sobretudo pelo receio que elas têm de registrar as informações em face do agressor. A Conselheira Ivany disse que a mulher consegue identificar que é vítima de uma violência, mas somente para ela. Que muitas vezes o desejo de manter a relação, a aparência e não se expor acabam por desencorajar essa mulher e ela precisa de encorajamento. A Conselheira Ana Lúcia falou das experiências realizadas por meio de palestras nas escolas no ano de dois mil e vinte e dois, bem como detalhou os avanços que observou a partir destes momentos de conscientização. A Conselheira Juliana Macedo disse que a falta de apoio acaba por manter a mulher na situação de violência e a Conselheira Ivany Andolfo disse que em sua experiência profissional se deparou com situações em que é comum os homens não saberem que estavam sendo violentos. A Sra. Carmen Landim disse que o Ministério Público de nossa Comarca já chegou a questionar se o município de Caraguatatuba tem

Handwritten notes and signatures on the right margin, including names like "Patrícia", "Jairo", "Veridiana", "Juliana Macedo", "Leonilda Silvério", "Carmen", "Daniela Lellis", "Lourianne", "Tássia", "Leticia", "Ivany", "Ana Lúcia", "Juliana Macedo", "Ivany Andolfo", and "Carmen Landim".

Handwritten signatures at the bottom right of the page.





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

programa de acompanhamento ao agressor. Disse ainda que o homem precisa ser trabalhado nessa questão e todas as Secretarias são importantes na divulgação e conscientização das fases de violência pelas quais a mulher passa e falou também sobre o violentômetro. A Conselheira Ana Luiza Pugliesi ressaltou as questões que envolvem a independência e o empoderamento financeiro da mulher, que o CIAM levou mulheres para feira do empreendedorismo e contou sua experiência com o Centro Integrado de Atendimento a Mulher desde que chegou lá há dois anos. A Conselheira Ana Lúcia completou a fala da colega dizendo que outras parcerias estão sendo buscadas para as mulheres além do artesanato e Carmen discorreu sobre a formação para as mulheres por meio do EMPREENDA JÁ que acontecerá entre os dias vinte e nove de maio até dois de junho. Que será tratado de forma exclusiva o empreendedorismo específico para as mulheres. A Conselheira Leonilda disse que a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) desenvolve um programa para autores de violência desde o ano de dois mil e quinze e que a cidade de Diadema foi a pioneira. A Conselheira citou ainda as cidades que possuem o programa, o ano em que foram instalados e disse que para Caraguatatuba ainda não há previsão, haja vista que são necessárias estruturas com Psicólogos voluntários. A Conselheira Ivany disse quanto ao agressor precisar cumprir um período de cursos, que muitas vezes eles preferem o processo e não o acordo, e que verificará a possibilidade de solicitar à OAB levantamento da quantidade de processos em andamento para uma possível estatística. Retomando a palavra, a Conselheira Carmen falou do Programa "E Agora José?", cuja empresa que criou está dialogando com a SEDESC e a Presidente Lourianne falou também da casa de acolhimento à mulher vítima de violência, esclarecendo que não se trata de residência definitiva, mas uma casa de acolhimento provisório para as mulheres que se encontram nessa situação. A Conselheira Carmen Landim falou ainda sobre a casa da mulher servir como abrigo, o fato de se ter um plantão do CREAS após as dezessete horas e a Presidente do CMDMC falou dos programas parceiros que cuidam das mulheres retirando-as definitivamente de seus lares e acolhendo-as em locais onde são mantidas de forma sigilosa. Que no modelo utilizado em Caraguatatuba, a mulher permanece referenciada nos serviços da rede de proteção. A Conselheira Ana Lúcia disse dos trabalhos realizados pelo CIAM no sentido de providenciar passagens intermunicipais para que a mulher retorne à residência de parentes fora do município e a Conselheira Carmen falou da necessidade de realinhamento do fluxo de atendimento da mulher em nosso município. Com a palavra a Conselheira Veridiana falou sobre o preenchimento da ficha SINAN na instituição em que trabalha e recordou que na saúde a mesma é preenchida por enfermeiros. A Conselheira Maria Cosma falou da fragilidade em que muitas vezes se encontra a mulher e que por conta disso ela acaba não se recordando de tudo o que falou e vivenciou. Com a palavra a Conselheira Daniella Lellis disse que na Secretaria de Educação a ficha SINAN é preenchida pelo Vice-Diretor da unidade escolar e a mesma é encaminhada à Supervisora Daniela Vaz. A Conselheira Letícia testemunhou a situação que presenciou uma mulher mudar de ideia quanto à notificação após o preenchimento da ficha SINAN. Retomando a palavra a Presidente Lourianne falou da necessidade de repensar o encaminhamento da ficha SINAN para as Secretarias e disse quanto sua preocupação no que tange à contra-referência que necessita de alinhamento na rede de proteção. A Conselheira Carmem disse sobre essa questão que no seu entendimento a ficha SINAN deveria permanecer somente com a UBS, haja vista que é o local mais próximo para se acompanhar a mulher. Que é necessário repensar nisso, pois a UBS é o território mais indicado. A Sra. Carmen

*[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin, including names like Ana Luiza, Ana Lúcia, Carmen, Leonilda, Ivany, Carmen Landim, Veridiana, Maria Cosma, Daniella Lellis, Lourianne, Carmem, and Carmen.]*

*[Handwritten initials and marks at the bottom right of the page.]*





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

recordou ainda que muitas vezes no preenchimento da ficha SINAN não são passadas todas as informações às mulheres e as implicações que demandam daquele preenchimento, bem como muitas vezes elas não são perguntadas se desejam ou não dar sequência àquela notificação. A Sra. Maria Cosma disse que em sua opinião é quase que improvável que a pessoa que vai fazer uma notificação não informe o que está acontecendo. Que deseja acreditar que pela fragilidade pela qual a pessoa está passando, infelizmente acaba não percebendo corretamente o que informa. Que não acredita que seus colegas enfermeiros realizem notificações sem dar total ciência à mulher interessada e mencionou sua experiência no tempo que trabalhou em UBS, bem como as grandes demandas desse equipamento. Com a palavra a Presidente Lourianne destacou a importância de não se prender apenas na ficha SINAN, pois há necessidade de um relatório pormenorizado que possa conter mais informações para que a rede tome as melhores decisões sobre determinado caso. Que no momento em que a mulher passa as informações ela está tão fragilizada que só deseja diminuir a dor. Que neste caso é preciso realinhar os serviços. A Conselheira Carmen reforçou a sugestão da Sra. Lourianne quanto a necessidade de realinhamento e a Convidada Tássia Marchiori disse que se as informações não forem bem transmitidas corre-se o risco de complicar a situação da mulher. A Conselheira Carmen enfatizou que esse é um assunto que precisa ser debatido neste Conselho para que se obtenha esse entendimento correto da função dos atores da rede de proteção. A Conselheira Maria Cosma mencionou que Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social possuem olhares diferentes sobre essa questão e sugere parceria entre as UBS e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Ana Lúcia mencionou sobre o trabalho realizado em dois mil e vinte dois com os enfermeiros sobre essa questão, informando que o mesmo será retomado e a Conselheira Leonilda Silvério falou de sua experiência com relação à ficha SINAN, sugerindo a aproximação entre o Social e o Pró-Mulher. A Presidente Lourianne apresentou ao Colegiado uma proposta no sentido de que ao terminar as reuniões de apresentação do Fluxo da Mulher pela Secretaria de Saúde, o CMDMC já inicie a discussão sobre o encaminhamento da ficha SINAN. Em resposta a Conselheira Carmen concordou com a proposta da Presidente. A Conselheira Maria Cosma mencionou que o Pró Mulher realiza cerca de cento e vinte atendimentos diários, informou sobre os números de médicos de quatro anos atrás, bem como o número atual de profissionais, que a ideia é que o Pró Mulher fosse uma porta de entrada para os casos de violência contra mulher, mas percebeu-se ao longo do tempo que isso não é possível, sendo a UBS a principal porta de entrada. Disse também sobre as emergências psicológicas apresentadas pelas mulheres e a Conselheira Leonilda Silvério exemplificou com situações às quais já se deparou em que o homem não permitia que a mulher fizesse seus exames. Com a palavra a Conselheira Ana Pugliese falou da devolutiva rápida no Pró Mulher, a Convidada Tássia falou da necessidade de sensibilizar a mulher quanto aos acompanhamentos que precisam ser feitos para o bem dela. Disse também sobre a necessidade de se ter estatísticas em mãos para que se justifiquem as políticas públicas que precisam ser implantadas, especialmente para as mulheres. Retomando a palavra a Conselheira Lourianne destacou que compreende a proposta da Sra. Leonilda quanto a se ter um espaço específico para atendimento da mulher vítima de violência dentro do Pró Mulher e que também entende o que está sendo proposto pela Convidada Tássia ao pontuar a necessidade de se trabalhar por territórios, onde a UBS é a porta de entrada. Que é importante fortalecer a rede de atendimento nos territórios para que não se perca essa mulher que está pedindo ajuda de várias formas. A Conselheira Leonilda disse sobre a

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

questão da condicionalidade dando como exemplo a ficha SINAN para Secretaria de Saúde e que por detrás dessa ficha há uma obrigatoriedade de atendimento. Que no entanto, quando a ficha chega na Secretaria do Social, infelizmente pode ocorrer da mulher não estar totalmente ciente das informações. Que justamente por isso, sugere que diante da obrigatoriedade do atendimento essa questão seja fixada em todas as vezes que a mulher procurar determinada Secretaria, não sendo neste caso, apenas uma questão de porta aberta. Que o Prefeito já mencionou em uma de suas falas que o Pró Mulher tem um atendimento específico para mulheres vítimas de violência e acrescentou a Conselheira suas sugestões para prioridades dos serviços destinados à mulher. A Sra. Maria Cosma falou dos agendamentos de consulta com a Psicóloga Jaquelina, a alta demanda e a Conselheira Carmen mencionou da necessidade que o CREAS também tem necessidade desse apoio do Pró Mulher quando se trata dessas questões de consultas com a Psicóloga. A Conselheira Carmen falou dos encaminhamentos que o CRAS faz para o CIAM para que este encaminhe para o Pró Mulher, quando na verdade deveria ser por meio do CREAS que é o Equipamento responsável pelo CIAM. Que nem sempre a mulher que está no CREAS quer ir para o CIAM. A Convidada Tássia deu como exemplo situações em que o CREAS está trabalhando a família e vem a tomar conhecimento do caso de violência contra a mulher e muitas vezes ela não deseja ir para o CIAM. Que nesse caso precisa ser realinhada essa questão. A Conselheira Ana Lúcia disse que também há casos em que a mulher está no CIAM e não quer atendimento de psicóloga. A Presidente Lourianne disse que a situação em questão ficará esclarecida após conhecermos o funcionamento do atendimento da mulher vítima de violência dentro da Secretaria Municipal de Saúde. Que a partir da apresentação do fluxo por parte da Secretaria de Saúde as questões ficarão mais claras. A Conselheira Carmen Landim encerrou a sua apresentação agradecendo a atenção de todos e colocando-se a disposição do CMDMC. Retomando a palavra, a Presidente lembrou que o fluxo é vivo, que os debates para melhoria do mesmo não estão encerradas e haverá ainda muito o que alinhar ao longo das próximas reuniões. Seguindo com a reunião, a Presidente colocou o **quarto assunto da pauta** que trata das **Comissões Permanentes no CMDMC**. A Sra. Lourianne recordou que na reunião de aprovação do Regimento Interno do Conselho essas Comissões foram aprovadas, sendo a primeira sobre a Prevenção e Enfrentamento a Violência Contra a Mulher e a segunda a de Comunicação. A Presidente disse da necessidade de compor essas duas Comissões com membros do Colegiado e solicitou ao Secretário Executivo que fizesse a leitura dos artigos do Regimento Interno que tratam sobre a competência dessas Comissões. Com a palavra o Sr. Luiz Gustavo fez a leitura dos artigos, mencionou que deve ser paritária tendo duas Conselheiras do Poder Público e duas Conselheiras da Sociedade Civil. A Sra. Lourianne lembrou da necessidade de participação dos Membros e que não há suplente para as que aceitarem participar das Comissões. Aberto para sugestões de participação, colocaram-se a disposição para compor a Comissão de Prevenção e Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, por parte do Poder Público as seguintes Conselheiras: Maria Cosma Rodrigues da Silva e Leonilda Silvério. Por parte da Sociedade Civil, colocaram-se a disposição as Conselheiras: Ana Luiza Pugliesi e Mécia Policarpo Quirino. Quanto à Comissão de Comunicação, por parte do Poder Público se candidataram: Daniella Pereira Lellis e Ana Lúcia Soares Viana Barbosa. Por parte da Sociedade Civil, deixam seus nomes a disposição: Nayara Bordini e Letícia Batista da Silva. Retomando a palavra a Presidente colocou em votação os nomes das Conselheiras para as duas Comissões e encerrada a

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*





# CMDMC

Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal nº 2.632, de 07 de novembro de 2022.

coleta dos votos, foi aprovado por unanimidade o nome de todas as Conselheiras para Comissão de Prevenção e Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, bom como o nome das Conselheiras para Comissão de Comunicação. O Secretário Executivo comunicou que será publicada uma Resolução do CMDMC com o nome de cada uma das Conselheiras e suas respectivas Comissões. Recordou uma vez mais a Presidente Lourianne que por força do cargo estará presente nas duas Comissões. A Conselheira Carmen Landim desejou saber sobre a criação da Comissão de fiscalização dos direitos da mulher ao que a Presidente Lourianne discorreu sobre a importância inicial das Comissões Permanentes e falou sobre a possibilidade de criar as Comissões Transitórias, sendo que no caso da fiscalização poderá ser criada uma Comissão futuramente. A Conselheira Leonilda lembrou que o papel de fiscalização já é natural do Conselho e a Conselheira Ivani Andolfo falou que deve existir uma demanda que é encaminhada à Defensoria Pública e a OAB. Que são mulheres que não fazem o B. O., nem mesmo procuram as Secretarias, mas buscam esses outros órgãos. Carmen disse que de fato faz falta a parceria com a Defensoria Pública e a OAB e que isso precisa ser retomado pelo Conselho. A Presidente Lourianne retomou a palavra informando que a Conselheira Carmen apresenta proposta de montar uma Comissão de Fiscalização. A Conselheira Leonilda retomou a questão do papel fiscalizador do Conselho. A Conselheira Veridiana destacou a importância de se ter um direcionamento do Conselho nas situações em que se depara com a violação de direito da mulher, ficando claro a quem procurar nessas situações. Que entende a Comissão de Fiscalização como aquela que recebe a denúncia e dá prosseguimento a mesma. Retomando a palavra a Presidente destacou o papel de cada Conselheiro no seu respectivo setor ou instituição. Que em determinadas situações não se coloca todo o CMDMC à frente, mas sim aquele grupo que representa o Conselho. Que nos casos de denúncias, as mesmas devem chegar para Presidente do CMDMC. A Conselheira Ivani destacou a importância de apoiar as Comissões que hoje foram aprovadas e a Conselheira Carmen lembrou que embora tenhamos aprovado uma Comissão para o enfrentamento da violência contra a mulher, o CMDMC não trata apenas de violência contra a mulher, mas, sobretudo dos direitos que a mulher possui e sugeriu que pensemos em uma Comissão para essa questão. Retomando a palavra a Presidente Sra. Lourianne disse que já solicitou a Conselheira Leonilda que providencie junto à DDM os dados do ano de dois mil e vinte e dois, referentes à violência contra mulher. Falou também que a próxima reunião do CMDMC. No **quinto assunto da pauta** o tema é a **próxima reunião do Colegiado no dia vinte de junho**. A Sra. Lourianne disse que nesta reunião teremos a apresentação do Fluxo de Atendimento da Mulher por parte da Secretaria Municipal de Saúde. Que o objetivo é conhecermos o fluxo de atendimento da Saúde como um todo e não apenas nos casos de violência contra mulher. A Presidente aproveitou para solicitar ao Colegiado a mudança da data reunião do mês de julho devido à necessidade de se ausentar para férias. Que no calendário está prevista a reunião para o dia dezoito de julho e solicita a alteração para data de onze de julho às quatorze e trinta horas. Que um dos objetivos de estar nessa reunião é pra tratar do Agosto Lilás que trabalhará o enfrentamento da violência contra mulher, por isso solicita a mudança de data. Que terá uma reunião com a SEDESC sobre o Agosto Lilás e em breve trará novidades. Colocado em votação foi aprovada por unanimidade a data e horário propostos pela Presidente. A Conselheira Carmen sugeriu que cada Secretaria e Entidades da Sociedade Civil tragam sugestões para próxima reunião quanto ao Agosto Lilás. O Secretário Executivo informou que providenciará grupos de Whatsapp para as Comissões aprovadas nesta

Batistini  
meio  
MU

10 e 240







# CMDMC


Conselho Municipal dos Direitos  
da Mulher de Caraguatatuba

Lei Municipal n° 2.632, de 07 de novembro de 2022.

reunião. A Presidente do CMDMC desejou saber se mais alguma Conselheira gostaria de abordar algum outro assunto ao que todas se mantiveram silentes e não havendo mais nenhum assunto em pauta a Presidente Lourianne de Oliveira Bastos Rodrigues deu por encerrada a reunião do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, eu Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo deste CMDMC lavrei a presente Ata, registrada sob o número 003 que após lida e aprovada pela 1ª Secretária vai por mim e pelas Conselheiras presentes devidamente assinada.


  
**Lourianne de Oliveira Bastos Rodrigues**  
Presidente


  
**Ana Luiza Pugliesi**  
Vice-Presidente

  
**Juliana Cunha Carvalho de Macedo**  
1ª Secretária

  
**Ivani Antonia Andolfo**  
2ª Secretária

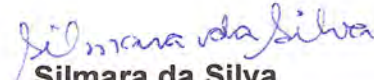
  
**Nayara Bordini**  
Membro


  
**Maria Cosma Rodrigues da Silva**  
Membro

  
**Leonilda Silvério**  
Membro

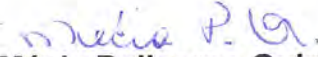
  
**Janaina Tavares**  
Membro

  
**Daniella Pereira Lellis**  
Membro


  
**Silmara da Silva**  
Membro

  
**Mônica Pianez Zoia Dias**  
Membro

  
**Leticia Batista da Silva**  
Membro

  
**Mécia Policarpo Quirino**  
Membro


  
**Carmen Silvia Landim Ferreira**  
Membro

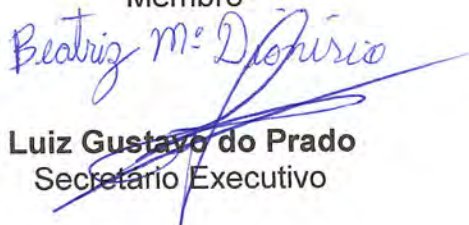
  
**Ana Lúcia Soares Viana Barbosa**  
Membro

  
**Veridiana Aparecida Oliveira**  
Membro

  
**Mayara Nascimento Fernandes de Oliveira**  
Membro

**Beatriz Maria Dionísio**  
Membro

  
**Juliana Alexandre de Sousa Florentino**  
Membro

  
**Luiz Gustavo do Prado**  
Secretário Executivo